

Plano de Trabalho

1997

ipea

PLANO DE TRABALHO

1997/98



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I. ESTUDOS E PESQUISAS	9
II. ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA CONJUNTURAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17
III. RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES	21
IV. TREINAMENTO PARA O PLANEJAMENTO	
V. IMPLEMENTAÇÃO DA REDE-IPEA	27
VI. PUBLICAÇÕES	29
VII. ANEXO	33

INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA — é uma fundação criada pelo governo federal em 1964, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujo objetivo básico é desenvolver estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. São atribuições do Instituto:

- subsidiar o ministro do Planejamento e Orçamento na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de médio e longo prazos e de planos, programas e projetos de desenvolvimento econômico e social;
- realizar atividades de pesquisa aplicada necessárias ao aperfeiçoamento dos processos de gestão e de planejamento econômico e social, integrando as relações do governo federal com os estados, Distrito Federal e municípios; e
- executar atividades de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoal para a pesquisa e o planejamento econômico e social.

As atividades do IPEA concentram-se nas seguintes áreas prioritárias para o desempenho das atribuições do Instituto:

a) *a área de planejamento e políticas públicas*, à qual compete executar trabalhos de suporte ao planejamento estratégico, ao desenho e avaliação de políticas e programas setoriais e ao processo de reforma do Estado;

b) *a área de estudos macroeconômicos e análise da conjuntura*, à qual cabe desenvolver estudos de apoio aos esforços de consolidação da estabilidade econômica e de avaliação das perspectivas de médio e longo prazos do desenvolvimento brasileiro;

c) a área social, na qual se concentram os trabalhos de diagnóstico, de proposição, acompanhamento e avaliação de políticas e programas sociais, de análise do mercado de trabalho e dos problemas de emprego, bem como as atividades de apoio ao desenvolvimento do Programa Comunidade Solidária;

d) a área de finanças públicas e políticas financeira e fiscal, que aborda estudos voltados para a consolidação do ajuste fiscal, a implementação das reformas necessárias ao saneamento financeiro do setor público, a implantação de um novo modelo de federalismo fiscal, e a recomposição de mecanismos de financiamento de longo prazo para a economia brasileira; e

e) a área regional e urbana, cujas atividades contemplam a inserção da questão espacial na agenda das políticas macroeconômicas e setoriais, tendo em vista a promoção do equilíbrio regional mediante melhor aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento de cada região.

As atividades e os estudos desenvolvidos em cada uma dessas áreas obedecem a um Plano de Trabalho que é anualmente revisto e atualizado. São componentes importantes do Plano de Trabalho do IPEA:

a) a recuperação, o armazenamento, a análise e a difusão do conhecimento e de informações indispensáveis ao exercício da atividade de planejamento e de formulação e avaliação das políticas governamentais;

b) a realização de estudos e pesquisas nos campos das políticas econômicas e sociais, para subsidiar a consolidação do processo de estabilização da economia, retomada do crescimento e redução das desigualdades regionais e sociais;

c) o apoio ao processo de reordenamento institucional do país, voltado para a redefinição do papel do Estado, dos novos mecanismos de cooperação do Estado com a iniciativa privada e do novo perfil da Federação Brasileira; e

d) a preparação e execução de programas de treinamento profissional nas áreas de planejamento, projetos e orçamento, em parceria com instituições nacionais e o apoio internacional.

Para a execução do seu Plano de Trabalho, o IPEA conta atualmente com uma equipe de 122 profissionais permanentes de nível superior, dos quais cerca de 70% dispõem de diploma de mestrado ou doutorado, além de colaboradores externos. Uma outra centena de funcionários do Instituto encontra-se cedida a outros órgãos públicos desempenhando funções associadas ao apoio técnico às demais atividades do governo. O suporte administrativo é fornecido por um contingente de 198 servidores, aí incluídos tanto os de nível superior quanto os de nível médio.

Os resultados obtidos com a execução do Plano de Trabalho continuarão a ser divulgados em livros, artigos em revistas, textos para discussão, notas técnicas, seminários e conferências. Ao longo de sua existência, o IPEA publicou mais de uma centena de livros. Desde 1971, o Instituto edita regularmente a revista *Pesquisa e Planejamento Econômico*, reconhecida como o principal instrumento de divulgação da produção técnica dos economistas brasileiros; o IPEA vem publicando, entre outros, a revista *Planejamento e Políticas Públicas*, o *Boletim Conjuntural* e o *Boletim de Política Industrial*, importantes instrumentos de divulgação de análises, avaliações e propostas de ações governamentais nos campos social e econômico. Na sua atividade de treinamento, o Instituto foi responsável, nas três últimas décadas, pela preparação de mais de 35 mil servidores públicos, oriundos dos governos federal, estaduais e municipais, da América Latina e de países africanos de língua portuguesa.

O Plano de Trabalho do IPEA para 1997/98 desdobra-se em cinco grupos de atividades, cujas características e prioridades são resumidas a seguir. A relação dos principais projetos a serem desenvolvidos em cada um desses grupos é apresentada em anexo.

I. ESTUDOS E PESQUISAS

*D*ando continuidade às atividades desenvolvidas durante o ano de 1996, o Plano de Trabalho do IPEA para 1997 concentra-se na realização de estudos e pesquisas voltados para a melhor compreensão dos problemas do desenvolvimento brasileiro, tendo em vista a consolidação da estabilidade macroeconômica e a elaboração de trajetórias de médio e longo prazos para a economia brasileira. Esses estudos estão direcionados para a elaboração de trajetórias de médio e longo prazos, para o apoio técnico ao Ministério do Planejamento e Orçamento e ao processo de formulação e avaliação de políticas públicas no país. As áreas prioritárias dos estudos e pesquisas programados para esses anos são apresentadas a seguir.

1. ESTUDOS MACROECONÔMICOS, FINANCEIROS, FISCAIS E DE COMÉRCIO EXTERIOR

Os estudos contemplados nesta área voltam-se prioritariamente para os setores de Análise das Tendências de Médio e Longo Prazos do Desenvolvimento Brasileiro; Financiamento do Desenvolvimento; Estudos Fiscais; e Infra-Estrutura e Regulação.

As pesquisas visam subsidiar a análise e aprofundar os estudos macroeconômicos, inclusive os de natureza quantitativa (modelos econométricos e análises setoriais), os quais dão suporte à elaboração de projeções econômicas e à construção de cenários futuros para a economia brasileira, com vistas à identificação de restrições ao desenvolvimento e à proposição de políticas.

Uma restrição importante ao desenvolvimento é a inadequação do atual sistema financeiro diante das inúmeras exigências de financiamento dos investimentos, principalmente aqueles de médio e longo prazos de retorno. Neste setor, será dada continuidade a estudos iniciados em 1996 os quais buscam analisar as potencialidades e perspectivas de utilização de novas fontes e novos instrumentos financeiros, tanto domésticos quanto externos. Os estudos programados referem-se à previdência complementar, à poupança compulsória e aos fluxos externos, bem como a modernas formas de mobilização de recursos para investimento, em grande parte relacionadas ao chamado *project finance*.

Além das atividades que já vêm sendo desenvolvidas de apoio à elaboração de propostas de mudanças no sistema tributário brasileiro os estudos da matéria fiscal deverão avançar na análise do gasto público federal, com destaque para o gasto social, e das finanças estaduais e municipais. Com respeito às finanças estaduais, foi firmado convênio com a STN para estudos conjuntos baseados nos dados que estão sendo obtidos a partir da implementação das compensações previstas na nova lei do ICMS.

ANÁLISE DAS
TENDÊNCIAS DE MÉDIO
E LONGO PRAZOS DO
DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO

FINANCIAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO

ESTUDOS FISCAIS

INFRA-ESTRUTURA E
REGULAÇÃO

O trabalho que vem sendo realizado no setor desde meados do ano passado deve ter uma de suas etapas concluída em cerca de dois meses. A partir daí, mais elementos estarão disponíveis para definir sua continuidade. Desde logo, todavia, dois aspectos assumem maior relevância e deverão ter lugar de destaque nessa área: a questão do financiamento e o problema dos impactos regionais da privatização. Na verdade, ambos são intimamente relacionados, uma vez que a privatização não deverá resolver o problema das necessidades de financiamento da infra-estrutura nas regiões menos desenvolvidas — motivo de justificadas apreensões. Há, também, a intenção de abordar a questão da infra-estrutura no marco dos estudos sobre o problema da integração regional, aspecto que, ao que parece, não vem merecendo maior atenção.

2. ESTUDOS REGIONAIS, URBANOS E AMBIENTAIS

A conquista da estabilidade, tanto no plano econômico, com o controle da inflação, quanto no plano político, com a consolidação da democracia, traz de volta ao centro do debate nacional as questões ligadas ao processo de desenvolvimento econômico, à distribuição de seus benefícios pelos espaços que compõem a Federação e aos seus impactos ambientais. Os estudos e pesquisas que o IPEA vem realizando, e irá continuar a realizar em 1997/98, procuram avaliar esses aspectos do desenvolvimento, antecipar efeitos ainda não inteiramente materializados e propor políticas para maximizar os benefícios do crescimento, equalizando, sempre que possível, a sua apropriação em termos regionais e urbanos.

QUESTÃO REGIONAL E
URBANA

Os estudos programados nessa área buscam fornecer elementos à compreensão da nova dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro e à elaboração de propostas para a formulação de novas estratégias e políticas de desenvolvimento regional e urbano. Um diálogo freqüente com as secretarias do MPO que cuidam desses temas tem ajudado a manter uma agenda compatível com as responsabilidades assumidas pelo IPEA nessa área.

Um destaque importante da internacionalização da economia brasileira refere-se à formação dos blocos regionais. Nesse âmbito, a prioridade é estudar o processo de consolidação do MERCOSUL e suas implicações. Também estão na pauta alguns estudos preliminares relacionados à proposta de criação da Zona de Livre Comércio das Américas — ALCA.

INTEGRAÇÃO

3. ABERTURA, POLÍTICA COMERCIAL E COMPETITIVIDADE

Na análise das restrições à retomada sustentada do crescimento, o setor externo tem lugar de destaque. Estudos programados nessa área abrangem análises do impacto da abertura (em níveis global e setorial), das ações voltadas para o aumento da competitividade, e de medidas de política econômica necessárias a tal, especialmente as relativas à política comercial.

A abertura comercial verificada a partir de 1990 afeta a produção de cada setor de atividade, promovendo ganhos de produtividade e possibilitando a substituição entre o produto doméstico e o importado.

EFEITOS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE A PRODUÇÃO SETORIAL

O primeiro grupo de efeitos será avaliado pela estimação de um modelo auto-regressivo vetorial estrutural para cada setor que identifique as fontes exógenas, as quais explicam, conjuntamente, as variáveis setoriais — produção doméstica, importações — e as variáveis macroeconômicas — PIB, taxa de câmbio. Para isso serão utilizadas as séries temporais, desagregadas por produto, do valor importado e do *quantum* exportado — recentemente produzidas pela FUNCEX. Nesse caso, a desagregação adotada será a por gênero de indústria, do IBGE.

Os efeitos indiretos serão medidos utilizando o modelo insumo produto convencional, combinado com equações de demanda de exportação e de coeficientes de importação, estimadas por produto, para avaliar o impacto direto e indireto do comércio exterior sobre a produção doméstica. A desagregação adotada pode ser a mesma da matriz insumo produto produzida pelo IBGE.

4. ESTUDOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS, DE DESIGUALDADE E POBREZA

Esta área abrange estudos sobre a dinâmica demográfica e suas implicações para as políticas sociais, as condições de vida, emprego e trabalho da população, bem como a avaliação do impacto de políticas e programas para a redução das desigualdades de acesso e oportunidades.

DESIGUALDADE E POBREZA

Neste campo de investigação, as prioridades estarão voltadas para a atualização das estimativas de pobreza, com base na revisão da metodologia utilizada em estudos anteriores e nos novos dados sobre renda publicados pelo IBGE — existe um grupo de trabalho IPEA/IBGE especialmente criado com essa finalidade. Os estudos sobre educação também estão fortemente orientados para o exame da relação entre os padrões educacionais, as desigualdades de renda e a pobreza. Um novo estudo, que está sendo proposto para 1997, cuida da análise da repartição dos benefícios sociais oriundos dos diferentes programas mantidos pelo governo federal, com o objetivo de avaliar o seu impacto redistributivo. Pesquisas sobre experiências municipais de implementação de programas de renda mínima também fazem parte da programação.

MERCADO DE TRABALHO E EMPREGO

Vários trabalhos programados para 1997/98 abordam o tema, cuja importância é desnecessário enfatizar. Grande parte destes refere-se a estudos contemplados no âmbito do convênio com o Ministério do Trabalho, que também dá lugar à publicação do *Boletim do Mercado de Trabalho*, de periodicidade trimestral. O foco das investigações está voltado para a compreensão das transformações em curso no mercado de trabalho brasileiro, a partir da abertura econômica e das novas exigências de produtividade e competitividade, e para a análise de alternativas para as políticas de emprego. Pretende-se atribuir destaque especial à questão do *emprego informal*, tendo em vista sua relevância e o fato de que o conhecimento das novas características que vem assumindo essa realidade de ocupação de mão-de-obra é precário ou até mesmo inexistente.

Projeções demográficas são fundamentais para a formulação de políticas públicas, principalmente as incluídas nos campos social e regional. Além das análises recentemente divulgadas pelo IPEA sobre a queda na fecundidade e suas implicações, pretende-se agora avançar na regionalização das projeções populacionais, tendo em vista apoiar as políticas sociais no sentido da descentralização, bem como fornecer material importante para a análise do desenvolvimento na perspectiva espacial. Os estudos populacionais do IPEA também fazem parte do compromisso do MPO de, por meio do IPEA, dar suporte técnico aos trabalhos da Comissão Nacional de População.

O tema da descentralização destaca-se como um dos aspectos mais relevantes em estudos sobre os programas sociais. Os estudos sobre saúde, educação e assistência social têm essa dimensão como o eixo principal de suas preocupações. Também a experiência que vem sendo acumulada pelo IPEA no acompanhamento dos programas contemplados pelo Comunidade Solidária constitui um acervo importante para a análise dessa questão.

ESTUDOS
DEMOGRÁFICOS

FEDERALISMO E
DESCENTRALIZAÇÃO

II. ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA CONJUNTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Parte das atividades do IPEA refere-se ao acompanhamento da conjuntura e de políticas públicas, tendo em vista o assessoramento às atividades do MPO. Diferenciam-se dos estudos e pesquisas pelo seu caráter sistemático, embora não constituam um corpo à parte. Na verdade, são atividades que se complementam, pois não só os estudos e pesquisas alimentam o acompanhamento, como este fornece indicações importantes sobre o que precisa ser objeto de estudos mais aprofundados.

Para 1997, terão continuidade o acompanhamento: da conjuntura econômica, que dá lugar ao *Boletim de Conjuntura* (trimestral) e à *Carta de Conjuntura* (mensal); do mercado de trabalho, que produz o *Boletim do Mercado de Trabalho* (trimestral) e uma carta mensal; e do Programa Comunidade Solidária (atribuído ao MPO/IPEA por decreto presidencial), mediante relatórios produzidos periodicamente — temas especiais são objeto dos *Cadernos Comunidade Solidária*, periódico que, assim como outras publicações do Programa, tem a edição a cargo do IPEA.

Além disso, iniciativas internas que já vinham sendo desenvolvidas há mais de um ano deverão transformar-se também em trabalhos mais amplamente divulgados, com destaque para o *Boletim de Política Industrial*, que analisa a conjuntura industrial e as ações importantes para o desenvolvimento do setor industrial brasileiro, e o *Boletim de Finanças Públicas*, que visa analisar o comportamento das contas públicas e das variáveis relevantes, com respeito à receita e à despesa governamental, da União, estados e municípios.

III. RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA E O PLANEJAMENTO

No Plano de Trabalho de 1996, a importância de se desenvolverem atividades voltadas para a recuperação de informações para a pesquisa e o planejamento já havia sido enfatizada. Este esforço continua em 1997/98 nas várias áreas em que se concentram os estudos e pesquisas programados para o período. Em 1996, foi dado um passo adiante nessa direção com a criação de um Banco de Tabelas, no qual as principais tabelas geradas nos estudos realizados vão sendo disponibilizadas na rede do IPEA para uso comum de todos os pesquisadores. Em 1997/98, pretende-se evoluir na direção de um Banco de Dados e na interligação desse Banco com o existente em outras instituições congêneres, nacionais e internacionais.

Esse projeto irá beneficiar-se em muito da implementação do projeto REDE-IPÊA, uma vez que contempla recursos específicos para apoiar o IPEA e demais instituições estaduais de pesquisas e planejamento, na realização de pesquisas estatísticas básicas, cujos resultados são importantes para estudos socioeconômicos do desenvolvimento.

IV. TREINAMENTO PARA O PLANEJAMENTO

Por intermédio do seu centro de treinamento — CENDEC —, o IPEA busca desenvolver programas de treinamento nas áreas de planejamento, orçamento e projetos, orientados tanto para profissionais do governo federal, como de estados e municípios. A programação do CENDEC para 1997/98 visa atender a uma grande demanda por programas de treinamento nas referidas áreas.

São oferecidos os seguintes cursos na área de Planejamento Estratégico Governamental: Governo e Planejamento Estratégico (160 horas), Programação e Gestão Estratégica (80 horas), Oficina de Análise de Problemas (40 horas), e Oficina de Programação Estratégica (40 horas), todos com o objetivo geral de capacitar técnicos do setor público para o exercício da atividade de planejamento em ambientes complexos e de elevada incerteza, em que atuam múltiplos atores com interesses diversos, com vistas a ampliar a capacidade de ação dos governos e a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos.

Na área de Orçamento Público existem duas versões, que visam atender a distintas carências do setor público: os cursos Básico de Elaboração e Execução Orçamentária (40 horas), destinados a técnicos lotados em órgãos executores de políticas e programas governamentais, e os cursos avançados de Programação e Gestão Orçamentária (80 horas), e Programação e Avaliação Orçamentária (80 horas), concebidos para aperfeiçoar técnicos de órgãos centrais do Orçamento.

São oferecidos dois tipos de cursos, ambos buscando difundir o projeto como um instrumento de organização dos investimentos públicos. O curso Formulação, Avaliação e Gestão de Projetos Sociais (80 horas) incorpora avanços teóricos e metodológicos desenvolvidos pela CIPAL para tratar especificamente de projetos sociais. O curso Elaboração e Análise de Projetos (160 horas) tem caráter mais convencional, mas nem por isso menos relevante, e possibilita o domínio da elaboração de projetos de investimentos, de acordo com os critérios definidos pelas principais fontes financiadoras.

CURSOS NA ÁREA DE
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO
GOVERNAMENTAL

CURSOS NA ÁREA DE
ORÇAMENTO PÚBLICO

CURSOS NA ÁREA DE
PROJETOS

V. IMPLEMENTAÇÃO DA REDE-IPEA

Com a aprovação pelo BID do empréstimo ora em negociação, o IPEA estará em condições de levar adiante um dos seus mais importantes projetos para 1997: a implementação de uma rede de pesquisa e planejamento capaz de multiplicar a capacidade de análise dos problemas nacionais e de divulgar os resultados dessas análises entre todos os interessados. O projeto REDI-PEA permitirá reunir massa crítica nos distintos campos do conhecimento econômico — sem que seja necessário reunir fisicamente os profissionais qualificados — e aprofundar a análise dos principais problemas do desenvolvimento brasileiro, mediante estudos a serem realizados de forma mais desagregada, tanto espacial quanto setorialmente. O projeto REDI-PEA constituirá um enorme esforço à ampliação das linhas de trabalho do próprio IPEA, multiplicando a capacidade de execução de estudos e pesquisas, de acompanhamento da conjuntura e de políticas, de recuperação de sistemas de informação para a pesquisa e o planejamento, e de execução de programas de treinamento. Espera-se que o projeto REDI-PEA tenha condições de ser efetivamente implantado a partir do 2º semestre de 1997, por ocasião do ingresso da primeira parcela dos recursos.

VI. PUBLICAÇÕES

O IPEA publica regularmente os resultados de estudos e pesquisas produzidos direta ou indiretamente pelo Instituto, os quais, submetidos a avaliações predeterminadas por um Conselho Editorial, são (ou não) editados sob forma de livro, mimeo, ou artigos de periódicos. As principais características dessas publicações são apresentadas a seguir.

Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)

Apresenta artigos de autores nacionais e estrangeiros na área de economia. A revista é reconhecida como o principal veículo de divulgação da produção técnica dos economistas brasileiros. Tem tiragem de 1 000 exemplares, e a seleção dos artigos cabe ao Corpo Editorial da revista. Periodicidade quadrimestral.

Revista Planejamento e Políticas Públicas (RPP)

Privilegia artigos que discutam a metodologia e a avaliação de políticas de governo, e outros estudos que contribuam para o processo de formulação de políticas públicas. Tem tiragem de 1 000 exemplares e a seleção dos artigos cabe ao Corpo Editorial da revista. Periodicidade semestral.

Boletim Conjuntural (BC)

Apresenta e analisa o panorama conjuntural da economia brasileira no período. Publicado trimestralmente, tem tiragem de 700 exemplares.

Carta de Conjuntura

Reúne indicadores e previsões que formam um quadro sintético da conjuntura econômica do país; trata-se de uma complementação do BC, publicada em meses alternativos a este.

Panorama da Economia Mundial (PEM)

Apresenta e analisa brevemente o estado da arte da economia internacional. É publicado trimestralmente, com uma tiragem variável, não inferior a 500 exemplares.

A População Brasileira: Como Vai?

Periódico quadrimestral, apresenta dados demográficos e os analisa, subsidiando, em especial, os trabalhos da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD)

Boletim do Mercado de Trabalho

Boletim do Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise, com periodicidade trimestral, volta-se para a compreensão das transformações em curso no mercado de trabalho brasileiro, a partir da abertura econômica e das novas exigências de produtividade e competitividade, e para a análise de alternativas para as políticas de emprego.

Boletim de Política Industrial

Com periodicidade quadrimestral, veicula as medidas de governo com impacto sobre a estrutura e o desempenho da indústria, nas áreas de comércio exterior, financiamento e incentivos, defesa da concorrência, ciência e tecnologia, infra-estrutura e desregulamentação.

LIVROS

Documentos de trabalho de excelência com potencial para venda no mercado livreiro. Os originais, com os respectivos pareceres técnicos, são submetidos ao Conselho Editorial, para análise e deliberação sobre a pertinência da publicação. Aceitam-se obras de autores externos ao IPEA, desde que cedidos os direitos autorais ao Instituto. A tiragem é, em média, de 1 000 exemplares.

TEXTO PARA
DISCUSSÃO (TD)

Divulga resultados parciais ou finais de estudos produzidos direta ou indiretamente pelo IPEA, objetivando informar profissionais da área e colher sugestões. A tiragem é, em média, de 150 exemplares, variando de acordo com o tema e/ou enfoque. A seleção dos títulos cabe a cada Diretoria, com base em pareceres técnicos.

I - Estudos e Pesquisas

1. Estudos Macroeconômicos, Financeiros, Fiscais e de Comércio Exterior

Projetos	Objetivos
Desenvolvimento de Modelos Macroeconômicos Aplicados aos Estudos de Crescimento Econômico, Inflação, Questões Monetárias, Financeiras, Fiscais e de Comércio Exterior	<p>a) Subsidiar a análise e projeções de médio e longo prazos para a economia brasileira.</p> <p>b) Analisar a consistência das alternativas de política econômica.</p> <p>c) Analisar os problemas fiscais, monetários e de comércio exterior.</p>
<p>Investimentos no Setor Produtivo e Formas de Financiamento</p> <p>a) Investimento Privado no Brasil: Comportamento Recente e Perspectivas</p> <p>b) Potencialidades de Captação de Poupança para Aplicação no Setor Produtivo</p> <p>c) Potencial de Investimentos dos Fundos de Poupança Compulsória no Brasil</p> <p>d) Papel do <i>Project Finance</i></p>	<p>Analisar o comportamento do investimento privado em período recente e suas perspectivas.</p> <p>Analisar a evolução dos mecanismos de financiamento disponíveis no país diante do crescimento das necessidades de financiamento do setor produtivo.</p> <p>Avaliar o potencial de mobilização de recursos dos fundos de poupança compulsória no Brasil (FNE, FCO, FSO, FGTS e FAF).</p> <p>Examinar o papel do <i>project finance</i> e a participação privada no investimento em infra-estrutura econômica.</p>
Perspectivas da Reestruturação Financeira e Institucional dos Setores de Infra-Estrutura	Analisar as principais questões envolvidas na montagem e operação de órgãos regulatórios, nas áreas de infra-estrutura, e avaliar os aspectos financeiros das propostas de reordenação e suas principais implicações para a formulação das políticas do setor público.
Alternativas de Financiamento do Desenvolvimento Urbano	Identificar as fontes alternativas de financiamento e os novos arranjos institucionais.

Financiamento Externo mediante Emissão de Títulos: Análise por Setores e Ramos de Atividade	Investigar a destinação dos recursos captados no mercado internacional por meio do lançamento de títulos, entre 1990 e 1996, e perspectivas.
Finanças Estaduais	Analisar e acompanhar as finanças estaduais a partir da montagem de uma base de dados sobre receitas, despesas e dívidas, e, em seguida, estabelecer uma tipologia relevante para a análise dos problemas de financiamento e estrutura dos gastos, bem como da evolução dos respectivos níveis de endividamento.
<i>Tarifas Públicas com Objetivos Sociais</i>	Determinar as tarifas ótimas e examinar os efeitos sociais da regulamentação tarifária das empresas prestadoras de serviços de utilidade pública.
Desenvolvimento de Modelo de Simulação da Previdência do Funcionalismo Público Federal	Desenvolver um modelo de simulação do comportamento do contingente de funcionários públicos civis federais, ativos e inativos, bem como das respectivas receitas e despesas.
Seguridade Social do Funcionalismo Público Estadual: Estudos de Casos	Realizar levantamento da evolução dos sistemas de seguridade social do funcionalismo público de alguns estados, bem como as projeções de comportamento futuro de contingentes, receitas e despesas, segundo políticas alternativas de reforma.
Avaliação Socioeconômica da Previdência Rural (Etapa II)	Identificar as implicações da reforma previdenciária na economia familiar rural e microurbana das diferentes regiões selecionadas, e sugerir políticas socioeconômicas para seu desenvolvimento.
Custo da Regulamentação sobre o Sistema Habitacional Brasileiro	Avaliar o grau de intervenção governamental e identificar os custos que a regulamentação impõe sobre o setor habitacional.

2. Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais

Projetos	Objetivos
Efeitos Regionais do Processo de Integração Econômica	Avaliar e analisar os impactos do MERCOSUL nas regiões do Brasil, apontando subsídios que possibilitem aos formuladores das políticas comercial, econômica e regional buscar maior equilíbrio no processo de aprofundamento e ampliação da integração econômica.
Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano	<p>a) Avaliar o desempenho do sistema urbano brasileiro, em termos do desempenho econômico e social dos centros urbanos, reunindo sugestões para a definição de políticas e programas setoriais que visem à melhoria das condições sociais de seus residentes.</p> <p>b) Analisar as transformações ocorridas na rede de cidades no país nos últimos quinze anos, identificando a forma como se deu essa evolução.</p>
Impactos das Transformações Recentes na Economia Brasileira sobre as Economias Estaduais	Analisar as implicações das transformações recentes nas economias estaduais do Brasil, no período 1985 — 1995.
Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais	Analisar a sustentabilidade e o potencial dos distritos industriais, a partir de formas de relacionamento entre empresas, de sua inserção no meio socioeconômico e de características do aparato institucional público e privado.
Apoio às Atividades Inovativas e à Capacitação Tecnológica como Instrumento de Desenvolvimento Regional	Propiciar uma visão consolidada e abrangente do acervo de iniciativas e experiências inovativas e de capacitação tecnológica, buscando analisar sua potencialidade como instrumento para o desenvolvimento regional.

Planejamento e Gestão do Transporte Urbano	<p>a) Analisar experiências internacionais.</p> <p>b) Desenvolver metodologia que permita identificar as externalidades que afetam a produtividade do trabalhador urbano</p> <p>c) Disseminar experiências de gestão do transporte urbano.</p>
Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano em Cidades Seleccionadas	Acompanhar e analisar comparativamente os estudos relativos às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Natal, Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Campinas, visando contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e execução das políticas públicas urbanas, necessárias à superação dos problemas relacionados ao uso e à ocupação do solo, mediante aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão.
Levantamento do Quadro Ambiental de Seis Regiões Metropolitanas	Identificar e analisar os principais problemas ambientais das regiões metropolitanas de Recife, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Belém e Curitiba as suas tendências de evolução e dos agentes responsáveis.
Gestão da Demanda de Água nas Áreas Urbanas	Elaborar um programa de demanda de água considerando os principais elementos da demanda: conservação, reúso, custos e preços das tarifas
Economia do Desflorestamento da Amazônia	Utilizar modelo, sem escala municipal para simular os custos e benefícios ambientais relacionados ao desflorestamento e seus efeitos para as emissões de gases causadores do efeito estufa.
Políticas Estaduais e Municipais Comparadas	Realizar levantamento das experiências estaduais e municipais de formulação e operacionalização de políticas públicas, em particular as de caráter inovador, analisando os fatores condicionantes de sucesso.

3. Estudos sobre Abertura, Política Comercial e Competitividade

Projetos	Objetivos
Abertura Comercial e Competitividade Industrial no Brasil	<p>a) Analisar a evolução da competitividade de segmentos industriais brasileiros com vistas ao aumento das exportações.</p> <p>b) Construir indicadores de competitividade e avaliar fatores no contexto da abertura comercial.</p>
Efeitos da Abertura Comercial sobre Empresas Líderes Industriais no Brasil, após 1989	Mensurar os efeitos da abertura comercial sobre os preços, margens de lucro, <i>market-share</i> , produtividade, emprego e investimento das empresas líderes
Efeitos da Abertura Comercial sobre a Produção Setorial	Avaliar os efeitos da abertura comercial sobre a produção, por gênero de indústria
Impactos da Transformação Produtiva no Setor de Bens de Capital	Estudar a reestruturação da indústria de bens de capital à luz da abertura econômica e comercial, da sua competitividade e de outros condicionantes econômicos e institucionais.
Infra-Estrutura de Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma Análise do Sistema de Metrologia, Normalização e Qualidade	Analisar o Sistema de Metrologia, normalização e qualidade enquanto infra-estrutura de apoio à ciência e tecnologia, bem como sua relação com o setor produtivo, mais especificamente com o setor industrial.
Política Agrícola e Competitividade	<p>a) Aprofundar os estudos sobre competitividade da agricultura e <i>agribusiness</i>, que nos últimos anos têm sido submetidos à intensa concorrência de outros países.</p> <p>b) Analisar a participação do governo nas políticas voltadas para a melhoria da produtividade e competitividade.</p> <p>c) Verificar a capacidade competitiva dos segmentos de grãos, frutas e dos complexos soja, café, laranja, lácteos e carne.</p>

	d) Calcular indicadores de produtividade total e parcial da agricultura brasileira e relacionar os seus condicionantes de desempenho.
Economia Política da Proteção e Aspectos Econômicos da Defesa Comercial Brasileira	<p>a) Analisar as conseqüências da imposição de medidas de defesa comercial sobre outros agentes econômicos, e analisar a capacidade de sustentação dessas políticas.</p> <p>b) Analisar a política do setor automotivo no período de 1990 a 1996.</p> <p>c) Avaliar a defesa comercial tradicional no país e analisar instrumentos alternativos de medidas de defesa comercial, aplicáveis aos produtos agrícolas.</p>
Diagnóstico do Setor de Serviços no Brasil	Realizar um levantamento das atividades de serviços na economia brasileira, incluindo a análise de desempenho do setor no mercado mundial.
Estudo dos Efeitos do Programa da Qualidade Total: Setor Petroquímico	Investigar o impacto do Programa da Qualidade Total nas condições e relações de trabalho em empresas do setor petroquímico nacional.
MERCOSUL: Fluxo de Comércio e Especialização	<p>Avaliar custos e benefícios regionais provocados pelos fluxos de comércio no MERCOSUL. Avaliar a estrutura dos incentivos que afeta os fluxos de investimento.</p> <p>Avaliar os fatores que explicam o aumento do comércio inter-regional.</p>
Comércio e Meio Ambiente no MERCOSUL	Estudar as inter-relações entre o comércio e meio ambiente no âmbito das negociações comerciais do MERCOSUL.
Harmonização Fiscal e Integração Econômica: O Caso do MERCOSUL	Estudar os efeitos da harmonização fiscal sobre variáveis macroeconômicas dos países envolvidos.

4. Estudos Sociais, Demográficos, de Desigualdades e Pobreza

Projetos	Objetivos
Perspectivas do Crescimento Futuro da População Brasileira em Nível Regional, por Grupos de Renda	Analisar os componentes da dinâmica demográfica, por grandes regiões e grupos de renda, e projetar seu comportamento futuro para avaliar o impacto das mudanças demográficas nas políticas sociais.
Mercado de Trabalho, Estrutura de Salários e Desemprego no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> a) Estudar a natureza e o desempenho do mercado de trabalho brasileiro, no que se refere à taxa de participação e à segmentação regional. b) Avaliar o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil, com ênfase nos efeitos acarretados pelas mudanças recentes no contexto macroeconômico. c) Examinar os fatores determinantes do ingresso da mulher no mercado de trabalho, em particular para o subconjunto de mulheres pobres. d) Investigar a qualidade dos postos de trabalho gerados no setor terciário e sua relação com a pobreza e a desigualdade. e) Analisar o aumento da informalidade nos anos 90.
Modernização Produtiva, Qualificação Profissional e Relações de Trabalho: Impacto sobre a Oferta e a Demanda de Trabalho	Analisar e avaliar o impacto da modernização produtiva sobre a oferta e a demanda de trabalho, destacando as exigências de formação e educação profissional, bem como a dinâmica das relações de trabalho.
A Educação e o Processo de Formação de Salários no Brasil	Revisar, atualizar e aprimorar os estudos sobre a relação entre educação e o processo de formação de salários/rendimentos no Brasil, assim como avaliar a contribuição dessa variável para a explicação de mudanças nas desigualdades.

Impacto das Novas Formas de Organização da Produção nas Relações de Trabalho	Avaliar o impacto de novas formas de gestão e organização da produção, especialmente as relacionadas à Qualidade Total, nas relações de trabalho.
Condições de Vida no Brasil: Desigualdade, Pobreza, Mercado de Trabalho e Programas Sociais	Monitorar a evolução das condições de vida, identificar os principais determinantes das desigualdades de renda, e fornecer subsídios ao desenho de políticas voltadas à melhora das condições de vida da população brasileira.
Efeitos Redistributivos do Gasto Público	Desenvolver metodologia e realizar estudos sobre a distribuição dos benefícios dos gastos públicos.
Indigência e Pobreza	Estabelecer novas linhas de indigência e pobreza para o Brasil. Atualizar estimativas em níveis nacional e municipal.
Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Registro de Experiências. Análise de Programas Existentes e Desenvolvimento de Metodologias de Avaliação	Realizar levantamento e registro de programas de transferência monetária a famílias carentes. Construir metodologias que permitam avaliar os resultados e impactos dos programas de renda mínima
Balanço e Perspectivas da Descentralização no Brasil	Analisar competências e responsabilidades nas três instâncias de governo no processo de descentralização, e formular alternativas de regulação dos gastos públicos e prestação de serviços urbanos.
Secretarias Estaduais de Saúde diante do Processo de Descentralização do SUS: Diagnóstico e Perspectivas	Identificar o papel das secretarias estaduais de Saúde na gestão do SUS e no processo de descentralização.
Descentralização da Assistência Social	Avaliar as mudanças institucionais da assistência social segundo as diretrizes constitucionais de descentralização.
Segurança Alimentar e Descentralização: Novos Rumos para as Políticas Públicas	Identificar, analisar e avaliar o grau de efetividade e eficiência dos programas de abastecimento, a evolução do gasto público, e os níveis de acessibilidade da população aos programas de abastecimento e segurança alimentar.

Análise e Divulgação de Experiências Municipais Exitosas de Combate à Fome e à Miséria	Realizar levantamento, analisar, avaliar e divulgar experiências municipais e de políticas públicas inovadoras.
Análise e Estudo da Atuação de Conselhos Municipais da Área Social	Analisar a atuação dos conselhos municipais da área social, a partir de um marco conceitual sobre desenvolvimento local, movimentos populares, políticas sociais e democratização da gestão municipal.
Transferências de Renda para Famílias: Estimativas em Nível de Municípios — 1995	Obter estimativas das transferências de rendas enviadas e recebidas para famílias, nos municípios brasileiros.
Evolução Recente da Condição Social e dos Rendimentos Familiares <i>per Capita</i> , por Grupo Social, na Região Metropolitana de São Paulo	Traçar um panorama evolutivo da situação social dos diferentes segmentos da população da região metropolitana de São Paulo.
Desigualdades Regionais e Pobreza	Estabelecer um quadro de referência relativo à repartição espacial da pobreza, medida por indicadores de insuficiência de renda.

II - Acompanhamento e Análise da Conjuntura e de Políticas Públicas

Projetos	Objetivos
Acompanhamento da Conjuntura Econômica (Boletim Conjuntural e Carta de Conjuntura)	Acompanhar a situação econômica e efetuar previsões de comportamento futuro
Acompanhamento da Conjuntura Econômica Mundial, com a Produção do Panorama da Economia Mundial.	Acompanhar a conjuntura econômica dos países industrializados e do MERCOSUL.
Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise	Acompanhar e analisar a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro.
Boletim de Finanças Públicas	Acompanhar trimestralmente a evolução das finanças públicas no Brasil.
Acompanhamento do Programa Comunidade Solidária	Acompanhar as ações de combate à fome, à miséria e à exclusão social, para subsidiar o Programa Comunidade Solidária e o MPO.
Análise de Políticas Públicas de Emprego e Renda Financiadas pelo FAT	Acompanhar o desempenho econômico-financeiro do FAT, das suas principais despesas e de seu impacto sobre o mercado de trabalho.
Acompanhamento e Dimensionamento do Gasto Social Federal	Acompanhar o gasto social do governo federal e suas fontes de recursos.
Boletim de Política Industrial	Analisar a conjuntura industrial e as ações relevantes para seu desenvolvimento, enfocando, principalmente, as políticas sobre desregulação, infra-estrutura, comércio exterior, agroindústria, ciência e tecnologia, defesa da concorrência e setor automotivo, entre outras.
Acompanhamento do Perfil Regional do Orçamento e dos Dispendios Federais	Fornecer insumos para a avaliação da política regional, analisando a composição regional e estadual dos dispendios efetivamente realizados em 1996 e dos previstos para 1998.
Boletim "Como Vai? População Brasileira"	Fornecer informações de conjuntura sobre temas demográficos que têm influência no processo de formulação de políticas públicas.

III - Recuperação de Informações para a Pesquisa e o Planejamento

Projetos	Objetivos
Banco de Tabelas	Organizar e disseminar informações utilizadas em estudos e pesquisas do IPEA, tendo em vista sua utilização em trabalhos do próprio Instituto e de outros interessados.
Banco de Dados sobre Finanças Públicas a) Banco de Dados de Finanças Públicas	Estruturar, implementar, atualizar e prover manutenção a um conjunto de séries contendo dados sobre finanças públicas.
b) Base de Dados sobre Gasto Público e o Processo de Descentralização	Construir uma base de dados em escala estadual e municipal, que cubra o gasto público do país, a partir do período 1980/1995, e permita a elaboração de indicadores financeiros do gasto público, em particular na área social, enfocando o processo de descentralização.
c) Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Estadual e Municipal	Consolidar a rede nacional de dados e pesquisa por meio da estruturação de um sistema nacional de coleta de dados sobre os gastos sociais.
d) Distribuição Regional da Receita e Despesa do Setor Público no Brasil (Coordenação da Câmara Técnica)	Contribuir, por intermédio da coordenação dos trabalhos da câmara técnica com os representantes da SUDAM, SUDENE, BNB e BASA, na discussão com o IBGE/DECNA sobre conceitos e critérios usados na pesquisa Regionalização das Transformações do Setor Público.
e) Estudo sobre Finanças Municipais	Estruturar um banco de dados municipais contendo informações financeiras, censitárias, demográficas e de registros administrativos.
Rede de Políticas Industriais Descentralizadas	Estruturar e manter rede temática sobre políticas industriais descentralizadas.
Levantamento Sistemático e Avaliação da Matriz de Comércio por Vias Internas no Brasil	Desenvolver metodologia e propiciar condições para o levantamento de informações sobre exportações interestaduais, e retomar as análises da conformação desses fluxos e de suas implicações para o desenvolvimento das economias regionais e estaduais.

Indicadores Sociais	Produzir indicadores sociais para subsidiar a formulação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas na área social.
Rede Integrada de Informações para a Saúde.	Desenvolver estratégia de articulação internacional que propicie a disponibilidade de dados básicos, indicadores e análises de situação, condições e tendências do setor saúde.
Centro de Documentação em Seguridade Social	Estruturar um centro de documentação em seguridade social, contendo acervo sobre as áreas de previdência social, saúde e assistência social, no Brasil e no mundo.
Base de Dados Socioeconômicos para o Programa Comunidade Solidária	Desenvolvimento e manutenção de uma base de dados socioeconômicos, atualizada e capaz de dar à demanda de informações do Programa Comunidade Solidária.

IV - Treinamento para o Planejamento

Projetos	Objetivos
Curso de Programação e Gestão Estratégica — PGE (88 horas/aula, 30 participantes)	Desenvolver o pensamento estratégico mediante análise de problemas e desenho de operações, capacitando os participantes em métodos e técnicas de gestão das ações governamentais.
Curso de Formação de Instrutores em Planejamento Governamental — FIP: Parte I — Fundamentação Teórica (80 horas/aula, 30 participantes)	Ampliar a equipe de instrutores com formação na metodologia de planejamento estratégico situacional (PES).
Parte II - Oficina de Programação Estratégica (80 horas/aula, 30 participantes)	Ampliar a equipe de instrutores com formação na metodologia de planejamento estratégico situacional (PES), com domínio de métodos e técnicas de coordenação de grupos.
Curso de Programação e Gestão Orçamentária — PGO (80 horas/aula, 30 participantes)	Promover a reflexão crítica do modelo de orçamento vigente no país, introduzindo novos conceitos e técnicas.
Curso de Programação e Avaliação Orçamentária - PAO (80 horas/aula, 30 participantes)	Promover a reflexão sobre práticas de programação e execução orçamentária, apontando contribuições metodológicas necessárias à avaliação orçamentária.
Curso de Formulação, Avaliação e Gestão de Políticas Sociais (80 horas/aula, 25 participantes)	Promover a formação de recursos humanos no setor público, mediante o conhecimento da metodologia cepalina para a formulação, avaliação e gestão de projetos sociais.
Curso de Elaboração, Análise e Gestão de Projetos Governamentais (3 cursos, 160 horas/aula cada, 90 participantes)	Capacitar técnicos das organizações estaduais de pesquisa agropecuária (OAPAS) existentes em 19 unidades da Federação e vinculadas às secretarias de Estado da Agricultura ou de Ciência e Tecnologia.

V. Implementação da REDE — IPEA

Projetos	Objetivos
Ampliação e Consolidação da Rede Pesquisas e Informações	a) Racionalizar os esforços institucionais empregados na produção e disseminação de informações para políticas públicas. b) Capacitar servidores dos sistemas federal e estadual de planejamento. c) Melhorar a infra-estrutura de informática do Programa REDE — IPEA.
Produção e Difusão de Estudos Econômicos e Sociais	Realizar estudos e pesquisas para a formulação de políticas públicas e promover seminários e fóruns de debates temáticos.

EDITADO PELA COORDENAÇÃO DO EDITORIAL
 DO IPEA, BRASÍLIA, DF, E IMPRESSO EM PAPEL
 CAVALE MANÉ 95 G/M² (MÚLTIPO) E CAVALE 140
 G/M² (CAPA), EM MARÇO DE 1997.



Ministério do Planejamento e Orçamento



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada